

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



A manifestação Abel Parente a 4 de maio de 1901. “A Gazeta de Notícias relatou ter havido boatos de que o médico Francisco de Castro teria ido à delegacia para declarar que a questão Abel Parente era movida exclusivamente por um grupo de médicos ignorantes e invejosos; era uma perseguição pessoal em que a ciência era só um pretexto (Mendes; Vieira, 2015, p. 140).” | Imagem: Gazeta de Notícias/RJ, 05/05/1901 / [Leonardo Mendes e Renata Ferreira Viveira \(2015, p. 140\)](#).

Fabricações do feminino – Resenha de *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, de Fabíola Rohden

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)

Resumo: *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, de Fabíola Rohden, analisa criticamente como a medicina do século XIX construiu a diferença sexual e transformou o corpo feminino em objeto de controle moral e científico. Entre os méritos, destacam-se a ampla pesquisa documental e a clareza analítica. Como limitação, a autora privilegia fontes médicas masculinas, sem incorporar a voz das mulheres analisadas.

Palavras-chave: história da ginecologia; desigualdade de gênero; poder.

O livro *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, de Fabíola Rohden, é originalmente uma tese de doutorado em Antropologia Social, defendida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2000. Foi publicada em livro pela editora Fiocruz em colaboração com a Editora UFRGS. Desde o seu lançamento, o trabalho da autora foi tão bem recebido pela crítica especializada e pela Academia que teve uma segunda edição, em 2009, pela Editora Fiocruz em sua coleção "História e Saúde", com prefácio de Luiz Fernando Dias Duarte. O prefaciador desta edição o considera uma reconstrução instigante de um dos mais notáveis processos da modernidade: a criação da ginecologia como ciência da mulher e, ao mesmo tempo, da diferença. Nas palavras do antropólogo, “o desafio enfrentado pela autora, ao esmiuçar os mecanismos de construção dessa ciência da diferença, dá corpo assim à ambição básica da Antropologia: a de fazer avançar o conhecimento universal sobre o humano” (p. 9). O estudo demonstra como a biomedicina do século XIX fabricou, legitimou e naturalizou distinções entre os sexos, consolidando a mulher como objeto privilegiado de intervenção científica e moral.



Inserida no campo da Antropologia Histórica da Medicina, a obra articula-se com os estudos de gênero e sexualidade, a história das ciências e a crítica feminista da epistemologia. Fabíola Rohden, antropóloga e pesquisadora de destaque na área da Antropologia da Saúde e das Ciências, propõe uma reflexão densa sobre a relação entre natureza e cultura, ciência e moral, sexo e gênero. Dialogando com Michel Foucault, Marcel Mauss, Sandra Harding, Donna Haraway e Londa Schiebinger, Rohden ancora-se em tradições críticas que reconhecem a ciência como prática socialmente situada. Como observa Harding (1986, p. 24), “a objetividade não é o ponto de vista de ninguém, mas o resultado do reconhecimento de todos os pontos de vista possíveis”. Haraway (1991, p. 188) reforça esse argumento ao afirmar que “a visão a partir de lugar nenhum é o mito da ciência moderna”. Schiebinger (1994, p. 23) demonstra, nesse mesmo sentido, como a construção de categorias biológicas, como maternidade e reprodução, serviu à legitimação de papéis sociais de gênero. Para Rohden, “a medicina e, em particular, as especialidades dedicadas à mulher e à reprodução [...] se convertem em uma verdadeira ‘ciência da diferença’” (p. 18). É sob essa perspectiva que a autora formula sua hipótese central: a medicina moderna não apenas descreveu corpos, mas os produziu simbolicamente, sustentando e reproduzindo hierarquias sociais entre os gêneros.

No primeiro capítulo, a autora demonstra como, mesmo sob o ideário igualitário da Revolução Francesa, a Medicina reforçou as distinções entre homens e mulheres. Ela analisa autores como Roussel e Cabanis, que sustentavam uma visão biologicamente determinista do corpo feminino, vinculando-o à maternidade e à passividade. Segundo a autora, “a diferença física entre os sexos é expressa desde os ossos até o cérebro, passando pela pele, pelos músculos e pelas fibras” (p. 30). Rohden recupera ainda a tese de Thomas Laqueur sobre a transição do “modelo de um sexo” para o “modelo de dois sexos”, destacando que as descobertas científicas, por si só, não determinaram essa passagem, mas responderam a demandas sociais específicas. Ela observa que “só se chegou à constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza quando houve um clamor social para isso” (p. 31). Assim, o capítulo evidencia como o corpo feminino se tornou o signo privilegiado da diferença naturalizada e, portanto, um terreno de legitimação para a hierarquia de gênero.

O segundo capítulo, reconstrói o surgimento da ginecologia como disciplina autônoma e instrumento de normatização social. A autora examina o *corpus* de teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1830 e 1940, e mostra que “a ginecologia se apresentava então como uma ciência que, com base em supostos dados naturais, descrevia e mesmo prescrevia os papéis sociais adequados para homens e mulheres” (p. 50). Ao transformar o corpo feminino em objeto científico, a ginecologia institucionalizou um olhar moral e político sobre a mulher. Essa parte da obra destaca o paradoxo de uma ciência que, ao mesmo tempo em que afirmava a objetividade de seu método, reafirmava ideais patriarcais de domesticidade e submissão. Como a autora sintetiza, “a mulher, assim como as crianças e os chamados ‘primitivos’, eram os alvos privilegiados dessa ânsia classificatória que caracterizava a ciência desse período” (p. 51).

No terceiro capítulo da obra, Rhoden aprofunda a análise da produção médica brasileira oitocentista. As teses e artigos examinados, que tratavam de temas como histeria, clorose e erotomania, revelam uma medicina que naturalizava o social e moralizava o biológico. A histeria, por exemplo, era interpretada como “a expressão mesma da natureza feminina, um corpo instável que deveria ser regulado pelas regras” (p. 110). A autora mostra como a medicina legitimava, sob o véu da ciência, práticas de controle e punição da sexualidade feminina. O resultado era a consolidação da medicina como poder normativo sobre o corpo e a conduta da mulher, transformando o saber médico em “guardião da ordem social e sexual”.

No capítulo subsequente é apresentado um estudo de caso paradigmático que exemplifica a articulação entre ciência, moral e política. Em 1893, o médico Abel Parente foi acusado de promover um método de esterilização feminina. A polêmica revelou os limites morais da medicina e a resistência a qualquer forma de emancipação do corpo feminino. Como aponta Rohden, “para aqueles que tentavam defender uma ordem social baseada na diferença entre os sexos [...] era praticamente impossível admitir publicamente um ato como o infanticídio ou o aborto, que explicitavam de forma dramática a recusa da maternidade” (p. 182). O episódio mostra que o corpo da mulher era entendido como fronteira simbólica entre natureza e cultura, sendo a maternidade o eixo regulador de sua existência social.

O quinto e último capítulo sintetiza o argumento central da autora: a diferença sexual, embora apresentada como natural e imutável, foi continuamente produzida e reafirmada pela medicina. Rohden observa que “a preocupação com a defesa da ‘naturalidade’ do feminino revelava a importância de sua desimpedida vitória contra toda sorte de vicissitudes” (p. 221). Essa “natureza instável” justificava a intervenção constante da ciência no corpo e na vida das mulheres. A autora conclui que a ginecologia funcionou como uma tecnologia social de gênero, transformando a diferença em categoria científica e em fundamento da desigualdade.

A obra em tela, desde sua primeira edição, contou com avaliações relevantes de pesquisadoras reconhecidas, como Mônica Pimenta Velloso, Maria Amélia Mascarenhas Dantes e Elisabeth Juliska Rago. A resenha de Velloso (2003), assentada sobre a primeira edição de 2001 e publicada na revista *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, destaca com precisão que a força da obra reside em sua capacidade de ressaltar os aspectos múltiplos e contraditórios que permeiam tanto o discurso médico quanto a produção intelectual das mulheres sobre o feminino. A leitura da resenhista destaca que Rohden captura a plasticidade desses discursos, demonstrando como eles operavam em um jogo de interesses que, por um lado, legitimava a diferença biológica e, por outro, revelava seus fundamentos sociais construídos. Esta análise, com a qual estamos de acordo, dialoga diretamente com a

tradição foucaultiana, na qual o corpo é compreendido como um "lugar de passagem" dos saberes e poderes de uma época (Foucault, 1999), mas avança ao demonstrar como essa mediação era disputada por diferentes agentes, inclusive as próprias mulheres, em um processo ativo de negociação e resistência.

Já da perspectiva da história da ciência, o comentário de Dantes (2002), na *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, é igualmente pertinente ao enfatizar o caráter construtivista do trabalho e seu mérito em "desvelar o processo histórico de construção de conceitos sobre a diferença sexual" (p. 322). Endosso plenamente este argumento, que encontra eco na sociologia do conhecimento científico, particularmente na noção de que os fatos científicos são "socialmente construídos" (Latour; Woolgar, 1997). Portanto, vemos que Rohden não se limita somente a descrever teorias médicas, mas desmontar o processo pelo quais conceitos como "histeria" ou "natureza feminina" foram fabricados, estabilizados e, em alguns casos, naturalizados, mostrando que a ciência médica foi um ator central na produção e não na mera descoberta das diferenças sexuais. A observação de Dantes (2002) de que muitos desses conceitos "naturalizados, ainda marcam presença" (p. 322) confere uma atualidade urgente à investigação histórica de Rohden, revelando as longas sombras que os discursos do passado projetam sobre os corpos do presente.

No mesmo ano de 2002, a análise de Rago (2002) na *Revista Estudos Feministas* aponta para a dimensão política da obra ao evidenciar como as mulheres foram percebidas de forma binária e estereotipada: "ora 'normais', ora 'prostitutas'" (p.514) – e como essa representação instável e ameaçadora serviu para legitimar o controle médico. A autora da resenha identifica o cerne do mecanismo de poder descrito por Rohden (2009): a instabilidade não era uma falha, mas a condição de possibilidade para a intervenção e a normatização. A contribuição decisiva do livro, nesse sentido, é demonstrar como, no Brasil, a medicina atuou para produzir uma taxonomia do desvio feminino, categorizando comportamentos e corpos para consolidar um projeto de nação que tinha a família burguesa e a ordem social como ideais (Chalhoub, 1990). Ao fazer isso, Rohden (2009) não apenas localiza o caso brasileiro no contexto mais amplo da medicina ocidental, mas também revela as especificidades de como raça, classe e gênero se entrelaçaram para forjar hierarquias próprias na formação social nacional.

Embora a obra seja de valor excepcional, cabe declarar o que, na minha opinião, despontam como pontos fragilizados, que em nada alteram o mérito do livro. Pode-se mencionar que a leitura foucaultiana, embora fecunda, tende a unificar excessivamente a biomedicina sob o paradigma do poder-saber, o que reduz a heterogeneidade interna das práticas médicas. Além disso, a ausência de vozes femininas nos documentos analisados reforça a perspectiva masculina dominante, carecendo de uma contraposição etnográfica ou testemunhal. Ainda assim, essa escolha metodológica é coerente com o propósito de revelar as engrenagens discursivas do poder científico. A crítica feminista contemporânea, como lembra Haraway (1991), ressalta a importância de se considerar o "ponto de vista situado" na produção de conhecimento, perspectiva que poderia enriquecer a análise de Rohden. Embora não tenha sido esse o objetivo claramente traçado pela autora, acredito que uma discussão mais explícita sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no processo de medicalização teria acrescentado uma camada analítica adicional. Enquanto o livro traça com precisão as hierarquias de gênero, as nuances de como a medicina construiu corpos e patologias distintas para mulheres brancas da elite e para mulheres negras e pobres permanecem, em alguns trechos, como uma promessa de análise. O trabalho de Schwarcz (1993) sobre o racismo científico, por exemplo, oferece um instrumental que poderia

enriquecer a compreensão de como a "diferença sexual" foi também racializada de forma indelével no período.

Por outro lado, as contribuições fundamentais da obra são notáveis. Rohden articula com maestria antropologia, história e estudos de gênero, sustentando uma escrita densa, porém acessível, e evidenciando o caráter construído e politizado da ciência médica. Ao demonstrar que “ser natural não significava necessariamente ser definitivo ou estar garantido a priori” (p. 15), a autora desvela o jogo retórico entre biologia e moralidade. Sua abordagem comparativa e diacrônica insere o caso brasileiro em um panorama mais amplo de produção de saber sobre o corpo feminino, aproximando-o de autores como Laqueur (1992) e Foucault (1988).

A obra Uma ciência da diferença cumpre amplamente o objetivo de explicitar a gênese sociocultural da medicina da mulher e de demonstrar como a ginecologia foi constituída como instrumento de diferenciação e controle. Trata-se de uma leitura indispensável para estudiosos das ciências sociais, da saúde, da história da medicina e dos estudos de gênero. O livro confirma a vitalidade da Antropologia Histórica ao revelar como o discurso médico produziu o corpo feminino como “uma natureza perigosa”, reiterando que o olhar científico é também um olhar político. Rohden ilumina as engrenagens que sustentam a naturalização da desigualdade e evidencia, com notável lucidez, como a ciência moderna fabricou a diferença que dizia apenas descrever.

Referências

- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. A construção histórica do feminino: uma resenha. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 395-400, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000200013>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A Vida de Laboratório: A Produção dos Fatos Científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- RAGO, Elisabeth Juliska. A invenção do feminino: uma resenha. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 527-530, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vdWZVhxXcQWbb9JbhLmbwKK/>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- SCHIEBINGER, Londa. *Nature's body: gender in the making of modern science*. Boston: Beacon Press, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELLOSO, Monica Pimenta. A história do corpo e a construção do feminino: uma resenha. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1109-1113, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300018>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Sumário da obra resenhada

Prefácio

Apresentação

1. A questão da diferença entre os sexos: redefinições no século XIX
2. A ginecologia: uma ciência da mulher e da diferença
3. As teses de medicina: a diferença sexual e suas perturbações
4. O caso Abel Parente: esterilização, loucura e imoralidade
5. Uma natureza instável e perigosa

Referências

Resenhista



Sandro Drumond Marengo é doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Publicou, entre outros trabalhos, [A consolidação da Fênix: fotografias atuais da Filologia e Linguística Histórica no Brasil](#), [Abreviaturas de patentes na Terminologia Militar Oitocentista da Polícia Militar da Bahia](#) e [Edição e estudo toponímico do Auto de Inquirição de testemunhas \(1775\)](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6298566119978760>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4658-004X>; redes sociais: Sandro Marengo (ResearchGate.com); Sandro Drumond Marengo (Academia.edu); e-mail: smda@academico.ufs.br.

Para citar esta resenha

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 224 p. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 27, p. 1-6, jan./fev., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).